

# CNTE PROPÕE EMENDAS PARA MELHORAR O PROJETO DO PISO NACIONAL DOS FUNCIONÁRIOS

PL 2531/2021 FOI APROVADO NA CÂMARA E ESTÁ NO SENADO, PARA VOTAÇÃO

O Projeto de Lei 2.531/2021, que institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais da Educação básica pública que exercem funções de apoio administrativo, técnico ou operacional, já está pronto para ir ao plenário do Senado para votação.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), à qual o Sepe é filiado, vem lutando para que algumas emendas ao projeto sejam aprovadas antes de ir ao plenário, para melhorar o texto, como a garantia de vincular o piso nacional à formação profissional,

com valores e regramentos próprios e com o compromisso expresso da União em honrar seu pagamento em todos os estados da federação, evitando futuros questionamentos judiciais (veja na página 4).

A Secretaria de Funcionários Administrativos do Sepe vem acompanhando a tramitação do Projeto de Lei desde a Câmara dos Deputados, tendo ido à Brasília por diversas vezes pressionar os parlamentares (páginas 2 e 3). ■



## CINCO AJUSTES QUE PRECISARIAM SER FEITOS NO PROJETO

A CNTE e o Sepe defendem a aprovação do PL 2.531/2021 com os seguintes ajustes (emendas), antes de ir a voto no plenário do Senado:

- 1 Garantia de um piso mínimo equivalente, no mínimo, a 50% do piso do magistério a todos os trabalhadores em educação de áreas administrativas das redes públicas de ensino, desde que estejam em efetivo exercício.
- 2 Definição de valores diferenciados conforme a formação.
- 3 Atualização anual do piso.
- 4 Participação da União no financiamento, via Fundeb.
- 5 Obrigatoriedade de planos de carreira pelos entes federativos.

*Leia a nota da CNTE no QR Code, com mais detalhes sobre as emendas propostas pela Confederação*



# TUDO O QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE O PISO NACIONAL DOS FUNCIONÁRIOS

A luta pela valorização dos funcionários da educação básica pública avançou mais um passo com o PL 2.531/2021. Sabemos que a educação não se faz apenas na sala de aula, mas em cada canto da escola. Por isso, um piso salarial nacional é uma reparação histórica e um direito constitucional que precisa sair do papel.

O Projeto de Lei que está no Senado busca corrigir uma lacuna básica: enquanto professores já têm piso nacional, os demais trabalhadores da educação ainda não possuem esse direito regulamentado.

Para que essa vitória seja real e segura, o Sepe e a CNTE estão acompanhando de perto cada detalhe da tramitação no Congresso Nacional. **Não queremos apenas uma lei; queremos uma lei forte, que garanta dinheiro no bolso sem dar brechas para que governadores e prefeitos fujam de suas responsabilidades na Justiça.**

Preparamos este tira-dúvidas para explicar como essa proposta funciona e quais são as melhorias que estamos defendendo para proteger todos os nossos profissionais.



## TIRA-DÚVIDAS Saiba Tudo sobre o Piso dos Funcionários

### Qual é o objetivo principal do novo Projeto de Lei (PL 2.531/2021)?

O projeto quer garantir que nenhum funcionário da educação básica pública (administrativos, técnicos e operacionais) receba menos que um valor mínimo nacional.

### O valor do piso será o mesmo para todos?

Não exatamente. A proposta defendida para evitar problemas na Justiça é que o valor integral seja para quem tem formação técnica na área. Para quem possui nível médio ou fundamental comum, o sindicato e a CNTE propõem um pagamento proporcional.

### Quanto eu receberia, se o projeto for aprovado com as emendas da categoria?

Pela proposta, o piso dos funcionários administrativos seria equivalente a 75% do valor do piso nacional do magistério, para 40 horas, e seria pago a quem tiver **graduação ou técnico**, no valor, portanto, de R\$ 3.847,97.

Quem possui **nível médio** receberia 75% do piso dos funcionários, ou seja, R\$ 2.885,97.

Quem tem até o **nível fundamental** receberia 50% do piso, ou seja R\$ 1.923,98.

### Por que o sindicato insiste em falar em “profissionalização” e formação técnica?

Porque a lei entende que “profissional da educação” é quem tem formação específica. Vincular o piso a esse critério garante que a lei tenha base jurídica sólida e desencoraja as prefeituras a trocarem funcionários concursados por

trabalhadores terceirizados sem qualificação.

### De onde virá o dinheiro para pagar o piso?

O dinheiro virá de recursos já carimbados para a educação, como o FUNDEB. Onde o município ou estado não tiver dinheiro suficiente, a União (Governo Federal) terá a obrigação de completar o valor.

### O valor do piso será reajustado todo ano?

Sim. A ideia é que o piso dos funcionários suba todo mês de janeiro, acompanhando o mesmo índice de correção já usado para professores.

### O projeto já é lei ou ainda pode ser mudado?

Ainda em debate no Congresso. O sindicato está trabalhando para ajustar o texto e evitar “vícios” (erros jurídicos) que permitam que governadores e prefeitos entrem na Justiça para não pagar o piso depois.

Por  
que  
quem  
o Bro

Por um  
2531 fo  
e viáve

Um texto mal formulado  
brechas para contestação  
e pode impedir a aplicação

SENADOR(A), MELHORE  
O PL 2531/2021

#Melh

CNTE Confederação Nacional dos  
Trabalhadores em Educação

CUTI

Um PL 2531  
respeite  
m educa  
asil!

PL  
orte  
el!

o abre  
ão  
ção do piso.

horaPL2531

FNPE

## 2,2 milhões

é o total de funcionários que atuam nas escolas públicas no Brasil, segundo a CNTE, e que seriam beneficiados pela aprovação do piso nacional

Por um PL 2531 que saia do papel!

Seu voto define se haverá valorização real ou mais uma promessa não cumprida.

SENADOR(A), MELHORE O PL 2531/2021

#MelhoraPL2531

CNT Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação  
CUT  
FNPE

## Nossa mobilização é o que garante o direito



Como vimos, a instituição do piso é urgente, mas precisa de profissionalidade e segurança jurídica para não virar uma promessa vazia ou um incentivo à terceirização precária. O Sepe segue firme na cobrança para que a União garanta o financiamento e para que nenhum funcionário seja esquecido nesse processo.

Este é um momento de unidade. Informação correta é ferramenta de luta: entender os critérios de valorização e a importância da formação técnica nos fortalece para cobrar o que é justo. Fique atento às convocações do sindicato. A nossa valorização é o que move a educação pública!

## Demandas dos funcionários ex-FAEP e dos animadores culturais foram apresentadas pelo Sepe em audiência com o governador em exercício

Na audiência com o governador Ricardo Couto, no dia 19 de maio, o sindicato apresentou a situação dos funcionários da extinta Fundação de Apoio à Escola Pública (FAEP) e dos animadores culturais. No primeiro caso, o Sepe entregou uma minuta da Secretaria da Casa Civil, que analisa a regularização da situação funcional desse segmento de servidores, garantindo isonomia em relação ao Plano de Cargos da FAETEC.

A Secretaria de Funcionários do Sepe tem atuado nas muitas frentes de luta, com o objetivo de conquistar uma solução para a situação dos ex-FAEP, corrigindo, dessa forma, o histórico de abandono, precarização e desvalorização dos funcionários administrativos contratados ainda nos anos 1990 para trabalhar nos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPS).



### ANIMADORES CULTURAIS NA LUTA

Durante a audiência com o governo do estado, o Sepe solicitou do governador que incluía adendo no decreto do pagamento da recomposição que garanta o pagamento das duas parcelas restantes - 11,56% - também aos animadores culturais. Caso isso não seja feito, este segmento pode ficar sem o pagamento destas parcelas.

O sindicato apresentou ainda um relatório elaborado pelo Grupo de Trabalho (GT) da Seeduc sobre a Animação Cultural para o governador tomar ciência da situação. O GT recomenda a regularização da situação funcional deste segmento como a criação de um cargo nos quadros da Seeduc, com valor equivalente ao de quando foram contratados - o que seria 70% do salário atual do professor DOC II da rede estadual.

No dia 12 de maio, a animação cultural realizou um ato público na Alerj e visitou gabinetes dos deputados estaduais, entregando cópias do relatório do Grupo de Trabalho e cobrando apoio. ■

# Em audiência com o Sepe, governador anuncia pagamento das duas parcelas da recomposição, em agosto e novembro

Pagamento soma 11,56%, referente a perdas entre 2017 e 2021. Sepe destacou situação de funcionários, cuja maioria continuaria recebendo abaixo do salário mínimo



O Sepe teve audiência em 19 de maio com o governador em exercício, Ricardo Couto, sobre a pauta econômica. O governador confirmou o pagamento das parcelas do acordo da recom-

posição salarial do período 2017-2021, que o ex-governador Cláudio Castro não tinha pago. O total de 11,56% será dividido em duas parcelas, em agosto e novembro. Participaram ainda da reunião o secretário de Planejamento, Rafael Ventura Abreu, e o de Fazenda, Guilherme Mercês.

Mesmo com as parcelas anun-

ciadas, a maioria dos funcionários seguiria com o vencimento-base abaixo do valor do salário-mínimo (veja tabela abaixo).

Na audiência, o Sepe afirmou que a criação de complemento ou abono para atingir o valor do salário mínimo não resolve, lembrando que esse valor, por exemplo, não conta para a aposentadoria. ■

ESCOLARIDADE NÍVEL ELEMENTAR 40h	REF	VENCIMENTO-BASE ATUAL (Em R\$, sem o complemento)	COM AS PARCELAS DA RECOMPOSIÇÃO	COM REPOSIÇÃO TOTAL DA INFLAÇÃO (IPCA - 2014-2026)	COM O SALÁRIO MÍNIMO NA CARREIRA (Nível inicial)	Quantas cestas básicas comprava em	
						JULHO/2014	MARÇO/2026
	I	936,21	1.044,38	1.490,67	1.890,73	2,37	1,08
	II	866,87	967,03	1.380,26	1.750,68	2,19	1,00
	III	802,65	895,39	1.278,01	1.621,00	2,03	0,92
<b>ESCOLARIDADE 1º GRAU</b> 40h 	I	1.179,37	1.315,62	1.877,82	2.381,78	2,98	1,36
	II	1.092,00	1.218,17	1.738,72	2.205,35	2,76	1,26
	III	1.011,09	1.127,90	1.609,88	2.041,99	2,56	1,16
<b>ESCOLARIDADE 2º GRAU</b> 40h 	I	1.485,64	1.657,28	2.365,48	3.000,36	3,76	1,71
	II	1.375,59	1.534,51	2.190,24	2.778,11	3,48	1,58
	III	1.273,72	1.420,87	2.028,04	2.572,32	3,22	1,47
<b>ESCOLARIDADE NÍVEL SUPERIOR</b> 40h 	I	1.871,48	2.087,69	2.979,81	3.779,59	4,73	2,16
	II	1.732,86	1.933,05	2.759,09	3.499,62	4,38	2,00
	III	1.604,52	1.789,88	2.554,75	3.240,39	4,06	1,85

FONTES: GESPERJ. Caderno de Remunerações. Janeiro de 2026 (vencimentos básicos).

SEEDUC (vencimentos-base) e valor da cesta básica do DIEESE Mar/2026 no RJ: R\$ 867,97. ELABORAÇÃO: DIEESE/SEPE